

# Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência  
e Sintonia com os Novos Paradigmas do  
Mercado

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807  1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo.  CDD 720
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8561918078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8561918079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>113</b>
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>125</b>
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>137</b>
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>149</b>
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>162</b>
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>175</b>
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Jania Maria de Paula	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180715</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>188</b>
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello Andréa Lourdes Monteiro Scabello Marina Brito de Oliveira Marques Marjorie Brito de Oliveira Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>200</b>
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa Sarah Brandeburski Farias Gabriella Donato de Oliveira Lima Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>213</b>
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>224</b>
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel Raquel Rodrigues Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>236</b>
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180720</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>250</b>
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>264</b>
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180722</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>278</b>
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>291</b>
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.85619180724</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>303</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>304</b>

## O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

### **Mariana Monteiro Scabello**

Universidade Federal do Rio de Janeiro -  
Programa de Pós Graduação PROURB  
Rio de Janeiro – RJ

### **Andréa Lourdes Monteiro Scabello**

Universidade Federal do Piauí - Programa de Pós  
Graduação em Geografia (PPGGEO) / Programa  
de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT)  
Teresina – Piauí

### **Marina Brito de Oliveira Marques**

Arquiteta - Especialização na Escola da Cidade -  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, AEC/AU,  
Brasil.  
São Paulo - SP

### **Marjorie Brito de Oliveira Marques**

Arquiteta - Instituto Camilo Filho  
Teresina, Piauí

**RESUMO:** O bairro Poti Velho se localiza na confluência dos rios Parnaíba e Poti, na Zona Norte de Teresina (PI), em uma área de povoamento que antecede à origem da cidade e ao processo de urbanização. O povoado se instalou nas imediações da planície de inundação e em áreas de baixos terraços fluviais nos quais há lagoas naturais e artificiais. A paisagem do bairro é composta por expressões culturais que revelam os saberes e fazeres da população ali residente, bem como práticas religiosas cristãs e de matriz africana. Esta

área, atualmente, faz parte de um programa de requalificação urbana que tem provocado alterações significativas na paisagem, muitas vezes, à revelia dos interesses da população. O bairro Poti Velho engloba simultaneamente, de maneira articulada, várias esferas do patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações da cultura imaterial e sítios arqueológicos. Dessa forma, o enfoque da paisagem cultural foi utilizado para compreender a relação dos grupos sociais com a natureza a fim de pensar numa forma de proteção do patrimônio cultural. Portanto, pretende-se apresentar uma proposta de salvaguarda, por meio de um museu comunitário, pautado no aporte teórico da fenomenologia e da geografia cultural quanto a proteção da paisagem. Como metodologia utilizou-se pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e conversas informais em uma perspectiva colaborativa entre profissionais e comunidade local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem Cultural. Poti Velho. Comunidade Boa Esperança. Preservação. Teresina

POTI VELHO DISTRICT, TERESINA-  
PI: PERSPECTIVES OF CULTURAL  
LANDSCAPE PROTECTION

**ABSTRACT:** Poti Velho District is located at the

confluence of the rivers Parnaíba e Poti, in the northern part of Teresina, in an area of settlement that precedes the origin of the city and the process of urbanization. The village settled in the flood plain surrounding areas and in areas of low river terraces where there are natural and artificial ponds. It is part of the landscape of the neighborhood cultural expressions that reveal the knowledge and practices on the population residing there, as well as Christian and religious practices of Africa array. This area currently is part of an urban redevelopment programme which has caused significant changes in the landscape often against the interests of the population. Poti Velho encompasses simultaneously various spheres of cultural heritage: buildings, natural aspects, manifestations of intangible culture and archaeological sites. Therefore, the focus of the cultural landscape was used to understand the relationship of social groups with nature in order to figure out a way of protecting cultural heritage. Hereby, we intend to submit a proposal for safeguarding through a Community Museum, based on the theoretical contribution of Phenomenology and cultural geography as the protection of the landscape. As methodology was used bibliographical research, fieldwork and informal conversations in a collaborative perspective between professionals and the local community.

**KEYWORDS:** Cultural Landscape. Poti Velho District. Boa Esperança Community. Preservation. Teresina.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresentado no 5º Colóquio Ibérico Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (Belo Horizonte – MG, de 26 a 28/09/2018), apresenta uma discussão a respeito de uma área da Zona Norte da cidade de Teresina que abriga o núcleo inicial do povoamento da região. O texto original sofreu pequenas alterações, mas mantém a ideia central propondo uma reflexão sobre Paisagem Cultural com vista a divulgar o museu comunitário (idealizado pelos moradores) como uma das formas de preservação deste território.

O bairro do Poti Velho, situado na confluência dos rios Poti e Parnaíba, é considerado a área de povoamento mais antigo, que antecede o processo de origem do núcleo urbano, concebido por Conselheiro José Antônio Saraiva, na segunda metade do século XIX. As memórias sobre o Poti Velho são muitas, contudo o que subsiste para uma parcela da população teresinense é a história da cidade planejada que nasceu para ser capital do Piauí, “sob o signo do moderno e da pobreza” (NASCIMENTO, 2011, p.1).

Antes do surgimento da cidade de Teresina, situada na Chapada do Corisco, a população mestiça ocupava as margens dos rios mencionados, utilizando a dinâmica das vazantes e os recursos naturais como forma de subsistência. Esse modo de vida que nos remete a um contexto rural, no qual as redes de sociabilidades contemplam os grupos de vizinhança, são marcas deste território e constituem elementos da paisagem

cultural. Os saberes e fazeres se tornam fundamentais para a manutenção dessa forma de vida, entrelaçadas por manifestações religiosas de matriz afrobrasileira e de cunho cristão.

A base conceitual deste trabalho assenta-se nas ideias de Carl Sauer, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan, Roberto Lobato Correia e Werther Holzer, utilizando o aporte teórico da fenomenologia e da geografia cultural. Além das discussões sobre patrimônio oriundas das décadas de 1990, em decorrência das experiências desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e das estabelecidas na Convenção Europeia da Paisagem. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e as conversas informais em uma perspectiva colaborativa entre profissionais e a comunidade local.

O texto está constituído por três seções na quais serão apresentados: o conceito de paisagem cultural; a caracterização do lugar e a proposição, por um grupo de moradores, de um museu comunitário como uma das perspectivas de proteção do patrimônio cultural.

## 2 | APRESENTANDO O CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

De forma geral, é disseminada a ideia de que a paisagem é “o espaço que se abarca com o olhar”. Ao longo do tempo, o termo evoluiu passando de análises exclusivamente voltadas para componentes físicos à introdução da figura do homem como fundamental e modificador desse espaço (MOURA; SIMÕES, 2010). Dessa forma, no final do século XIX e início do século XX, surge a corrente denominada Geografia Cultural na qual os grupos humanos são o foco das análises.

Esta linha de pensamento consagra-se na obra de Carl Sauer “A Morfologia da Paisagem” (1925) na qual o autor define a paisagem cultural como aquela que surge a partir da intervenção de um grupo cultural em uma paisagem natural. Assim, as paisagens culturais não são estáticas, estão sujeitas às mudanças, tanto pelo desenvolvimento da cultura, quanto por sua substituição (SAUER, 1998).

A paisagem Saueriana, isto é, a paisagem cultural, era o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural. É nesse sentido que Sauer foi criticado por entender a cultura como entidade abstrata, supraorgânica, sem agentes sociais concretos, sendo gerado um quadro harmonioso: a paisagem cultural [...] (Corrêa, 2014, p. 41).

Em função dessas críticas e de problemas conceituais e metodológicos, esta linha de pensamento entrou em declínio na década de 1940. Em busca da renovação da Geografia Cultural, em 1960, David Lowenthal publica o artigo “Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology” no qual estabelece a dualidade entre a visão geral de mundo e a visão pessoal, defendendo a ideia de que a percepção inclui múltiplos modos de observação “[...] consciente e inconsciente, nublada e distinta, objetiva e subjetiva, inadvertida e deliberada, literal e esquemática.”(LOWENTHAL,

1961, p. 251).

Tanto os trabalhos de Sauer quanto os de Lowenthal contribuíram para a construção de um conceito de paisagem que supera a visão da cena contemplativa e coloca o homem como agente geográfico. No entanto, enquanto o primeiro atribui a uma cultura homogênea a modelagem da paisagem, Lowenthal amplia este conceito para abarcar a percepção de múltiplas cenas individuais (HOLZER, 1992).

Denis Cosgrove foi um dos mais importantes autores da denominada Nova Geografia Cultural, que se inicia na segunda metade da década de 1970 e se fortalece nos anos 90. Segundo Corrêa (2014, p. 40), “o conceito de cultura tinha para Cosgrove outras raízes e configurações, era entendida como os significados elaborados e reelaborados pelos diferentes grupos sociais a respeito das diversas esferas da vida”.

Contemporânea à Nova Geografia Cultural, a Geografia Humanista buscou um aprofundamento conceitual relativo às questões de tempo e espaço, se voltando para dois conceitos em específico: lugar e paisagem que “[...] podem, e devem, ser respectivamente associados à memória e ao ‘mundo vivido’” (HOLZER, 2005, p. 24). Esta nova linha conceitual encontra seu aporte teórico na fenomenologia pela qual tenta entender como os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana.

Entre os principais autores dessa abordagem teórica destaca-se Yi-Fu Tuan que a considera como “entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1983, p. 143).

A paisagem, entendida pelos geógrafos, como uma dimensão cultural do espaço geográfico adquire relevância ao ser reconhecida oficialmente pela UNESCO, em 1992, na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México. A convenção foi o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger esse tipo de patrimônio e a partir de então a paisagem cultural passa a integrar às discussões patrimoniais.

A Convenção Europeia da Paisagem, na cidade de Florença, no ano 2000, apresenta uma nova forma de se pensar a paisagem cultural valorizando a maneira como as populações a enxergam e se enxergam dentro dela na relação de pertencimento local. “Tal conceito é muito ligado à vida e ao cotidiano das populações envolvidas e não somente à estética, pois ainda considera as paisagens degradadas (FERNANDES, 2014, p. 11).

No âmbito nacional a preservação da paisagem está prevista no Decreto-lei federal nº 25, de 1937. No entanto, só se torna um mecanismo de proteção a partir da Portaria IPHAN nº. 127, de 30 de Abril de 2009. Esta define que a “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (BRASIL, 2009, p. 17).

A Recomendação da Paisagem Histórica Urbana (2011) foi mais uma iniciativa

da UNESCO em busca de estratégias de conservação, gestão e planejamento da área histórica urbana considerando princípios do desenvolvimento sustentável. Apresenta uma ideia de paisagem abrangente e integrada levando em consideração a diversidade cultural. Estas ampliações do conceito de patrimônio cultural embora benéficas configuram novos desafios para a preservação e gestão do patrimônio urbano. A categoria “paisagem cultural” é relativamente recente dentro do campo da preservação e gestão do patrimônio cultural das cidades e, expressa uma mudança de paradigma, quebrando a dicotomia entre material e imaterial.

### 3 | A PAISAGEM CULTURAL DO POTI VELHO: O ESPAÇO DAS VIVÊNCIAS

A paisagem cultural do Poti Velho vem à cena em função do Programa Lagoas do Norte (PLN) um projeto de requalificação urbana com forte discurso ambientalista que incidirá na Zona Norte de Teresina. Esta porção do território, ao longo das décadas de 1960 e 1990, recebeu unidades habitacionais, produzidas pela Companhia Brasileira de Habitação (COHAB-PI), para abrigar um contingente de migrantes, contrastando com as áreas de moradias das classes médias e alta. Em alguns trechos das planícies fluviais foram edificadas residências sem que houvesse um planejamento. (MONTE; MORAIS, 2018)

A área foi alvo de outras intervenções urbanas como o Parque Ambiental Encontro dos Rios (1993) e o Polo Cerâmico do Poti Velho (2006), entendidos como precursores do PLN. O primeiro apoiado no discurso ambiental e o segundo pautado na ótica do empreendedorismo e do turismo. Desta forma, o que era considerado degradado está em processo de ressignificação como “área nobre” (MONTE; MORAIS, 2018).

A paisagem da Zona Norte foi moldada pelas práticas culturais das sociedades tradicionais, criando uma forte identidade associada a memória desta localidade. Destacamos que “[...] a paisagem é sempre uma **herança [grifo do autor]**. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” (AB’SÁBER, 2003, p. 9).

A perspectiva da paisagem cultural implica na identificação das relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria prima para a apropriação social. Pois, é nessa relação que se explica a produção dos objetos materiais e da vida imaterial. (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). A característica dessas populações tradicionais assenta-se no repasse intergeracional do conhecimento local que permite a fruição sustentável da natureza, mesmo que estejam inseridas em um contexto urbano (AMORIM, 2010).

Assim, no que tange à Zona Norte, vários são os patrimônios culturais que se destacam, nessa relação do homem com o ambiente. Nas imediações das lagoas e dos terraços fluviais detectam-se as jazidas de argila que foram exploradas economicamente

pela população local. A extração dessa matéria prima se fez, ao longo dos últimos 50 anos, garantindo o sustento de diversas famílias, através da fabricação de materiais de construção (tijolos e telhas) e de objetos cerâmicos diversificados (potes, filtros, painéis e objetos decorativos).

Em 2006, foi criado o Polo Cerâmico Poti Velho, fruto de parceria entre governo municipal, governo estadual e a Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho (ARCEPOTI), com o intuito de integrar as atividades artesanais, ressignificando o método de produção, divulgação e comercialização da cerâmica potizeira. Nesse mesmo ano foi fundada a Cooperativa de Artesanato do Poti Velho (COOPERART) composta exclusivamente por mulheres, que tem sede no próprio Polo Cerâmico (SERAINÉ, 2009).

Contudo, parte destas atividades foi interrompida no ano de 2011 com a justificativa de impactos ambientais severos às áreas das lagoas. Os oleiros expropriados das terras, que propiciavam o seu sustento, receberam indenizações entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00 e foram deslocados para outros territórios. (SERAINÉ, 2009; PEREIRA, 2014). Com a decisão da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) de mudar o local de extração dessa matéria prima dentro de alguns anos, fica o receio da população quanto à preservação das tradições culturais do bairro (MONTE, 2016).

A pesca artesanal subsiste na região, segundo alguns desde 1760, quando surgiram os primeiros aglomerados de casas. Os pescadores artesanais, como os do Poti Velho, produzem em pequena escala, servindo parte para consumo familiar e parte para comercialização local. A atividade pesqueira na região faz uso de artefatos feitos com técnicas repassadas de geração em geração, sendo eles: engancho, tarrafa, anzol, curral e garrafa. (AMORIM, 2010).

De acordo com Amorim (2010), na própria comunidade também são fabricadas as canoas utilizadas para desenvolver a atividade, no entanto, apenas duas famílias detêm o conhecimento da técnica. Antigamente a matéria prima utilizada era retirada da própria área, mas com o processo de urbanização o recurso se tornou escasso, de modo que agora precisa ser comprado de madeiras.

A dinâmica dos rios, durante as estações do ano, propicia a prática da agricultura de vazante, ou seja, um tipo de “[...] plantio à margem do rio, na medida em que as águas baixam em época de estio, possibilitando o cultivo de vários produtos para consumo e venda.” (BARDELI, 2018, p. 1). Na área em questão as dinâmicas das vazantes são facilmente identificadas ao longo da Avenida Boa Esperança, que atravessa alguns bairros da região norte, como São Joaquim, Olarias e Poti Velho. Os residentes nessas localidades, geralmente, se denominam apenas como moradores da “Boa Esperança” (PEREIRA, 2017).

Segundo Bardeli (2018) a agricultura de vazante resiste no Nordeste, em áreas que ainda não foram atingidas pelos empreendimentos capitalistas. Mas, nas áreas afetadas pelos grandes projetos públicos não se levou em consideração a existências desses saberes e o conhecimento tradicional tende a desaparecer por causa da

reestruturação do espaço.

Pereira (2017) destaca que as vazantes pertencem oficialmente à União e a suas posses são cedidas às pessoas, portanto não se compra ou vende a terra, mas sim o direito de usufruí-la; mesmo sem uma documentação, os moradores pagam todas as contas normalmente. Eles encaram as vazantes como bens, seguindo uma dinâmica de herança familiar para passá-las de pais para filhos e há uma forte relação de pertencimento através do trabalho.

Segundo o autor, o principal legume cultivado, atualmente, é o quiabo, pois o pé amadurece em tempos diferentes, impedindo que se perca tudo. Produz-se em menor escala macaxeira, maxixe, abóbora, pimenta-de-cheiro e cana de açúcar. Os vazanteiros vendem suas mercadorias na Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI) ou em pequenos comércios e frutarias. Há ainda casos de produtores que visam apenas o consumo próprio.

Nos períodos relativos às vazantes é possível constatar a biodiversidade da região representada por espécies variadas, a exemplo das capivaras, iguanas, camaleões, pássaros e de espécimes vegetais, tal como angico, pau d'arco, árvores frutíferas e a mata ciliar, ao longo do Rio Parnaíba. (PEREIRA, 2017).

É, também, característica da região a forte identificação religiosa, em especial, pelo catolicismo popular e pelos terreiros de umbanda. Mas, o candomblé e igrejas pentecostais e neopentecostais têm seu espaço e relevância dentro da comunidade (CARMO, 2017).

O Poti Velho é marcado por manifestações da fé católica, como as procissões e os festejos, e é referência para os fiéis da cidade de Teresina. Entre eles destacam-se os dedicados à São Pedro (santo protetor dos pescadores), realizado no mês de junho, há mais de cinquenta anos pela comunidade culminando com uma procissão flúvio-terrestre, no dia 29 do referido mês.

Já o culto e práticas umbandistas, provavelmente, apareceram na capital piauiense na década de 1930 através da Sra Joana Maciel Bezerra, mais conhecida como Joaninha do Pontal. A mãe de santo chegou ao bairro Poti Velho, em 1919, vítima de perseguição religiosa, e lá fundou a Tenda Espírita Santa Bárbara, em 1932. Em Teresina, Joaninha do Pontal não deixou de sofrer perseguições de autoridades locais e pessoas de outras religiões, como atestam publicações jornalísticas das décadas de 1930 e 1940.

Apenas em meados do século XX as práticas religiosas e culturas do povos negros passaram a ser aceitas pela sociedade teresinense, se solidificando com a institucionalização da Umbanda, na década de 1960. A maioria dos terreiros localiza-se, atualmente, nas periferias ou franjas da urbe (CARMO, 2017). Apesar de não existir consenso quanto ao número estima-se haver cerca de 200 templos religiosos. (CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2016 *apud*. PEREIRA, 2017).

A questão da territorialidade nas religiões de matrizes africanas lhes é intrínseca, pois os terreiros guardam íntima relação com o lugar que ocupam. Tuan (1983, p. 19)

explica, no trecho a seguir, como o culto aos deuses pode vincular uma população ao local.

O culto aos deuses [...] vincula um povo ao lugar, estimulando um forte sentido de passado, de linhagem e continuidade [...]. Na antiguidade, a terra e a religião estavam tão intimamente associadas que uma família não podia renunciar a uma sem perder a outra. O exílio era o pior dos destinos, pois não apenas privava o homem de seus meios materiais de subsistência, como também da sua religião e da proteção das leis garantidas pelos deuses locais.

Assim, o local de implantação dos terreiros “possui uma ciência” (afirmação de uma filha de santo) que não pode ser replicada ou transportada. Trata-se de um território sagrado protegido pelo artigo 5º da Constituição Federal. Contudo, se os lugares sagrados devem ser resguardados, o mesmo não se verifica com a população do seu entorno que poderá ser submetida a remoção involuntária o que prejudicaria o funcionamento dos terreiros.

Nessa relação entre a comunidade e a natureza o rio assume um papel preponderante na construção da identidade local, pois se configura como o lugar de trabalho e do lazer, da subsistência, do profano e do sagrado, da mitologia e da religião.

Para preservar as histórias de vida e aspectos do patrimônio cultural a comunidade da Boa Esperança vem se organizando no intuito de montar um Museu Comunitário no qual possam socializar as memórias coletivas e individuais que fazem parte da história deste território.

#### **4 | AS PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A IMATERIALIDADE EM QUESTÃO**

Em meio a este cenário de instabilidade e da rápida transformação da paisagem cultural, a população tem se movimentado para garantir a preservação de sua memória. A luta adquiriu muitas frentes, o inventário participativo das casas, o cadastramento dos terreiros, o registro da cultura imaterial e por fim a ideia de um museu comunitário.

A instituição museológica tradicional que está ligada à Memória do Poder se baseia em acervos valiosos e gloriosos, sempre sob a perspectiva dos vencedores. Assim, não supriria o desejo da comunidade em se ver representada na exposição. Dessa forma, se aderiu a um movimento que se pode denominar de Poder da Memória, que difere do modelo clássico a medida que propõe “uma instituição de memória [...] que [...] age como um elemento de intervenção social, funciona como um acervo de problemas e celebra a memória e não o culto da memória (CAFÉ, 2007. p. 42).

O museu comunitário é aquele criado pelos próprios membros de uma comunidade, representando os seus interesses coletivos a fim de preservar a cultura local e construir memória (PRIOSTI, 2010). Ele deve funcionar como um elemento essencial para o desenvolvimento da região através da salvaguarda patrimonial, do serviço social, cultural e econômico que contribui para a dignificação das comunidades

e das suas condições de vida (CAFÉ, 2007).

O mais interessante nesse modelo museológico é que ele nasce de uma iniciativa da comunidade que vai defender a sua própria realidade, de modo que ela participa de maneira ativa na definição de sua identidade, não aceitando que pessoas de fora a imponham. “O museu comunitário é uma ferramenta para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade.” (LERSCH; OCAMPO, 2004).

A proposta inicial do Museu da Boa Esperança, inspirada na experiência do Museu Maré no Rio de Janeiro, permitirá preservar a paisagem na memória sem imobilizá-la, aceitando as transformações. A ideia nasce não de uma visão sentimentalista, mas da tentativa de se constituir como registro de uma trajetória viva ressaltando os aspectos do espaço vivido e percebido pelos moradores. A cultura da região será celebrada na sua multiplicidade abarcando as visões de vários indivíduos que contribuem para contar esta história e construir esta paisagem.

A organização deste museu já está em andamento e conta com a participação de alguns arquitetos e uma museóloga que são amigos da comunidade. O terreno foi escolhido em função de uma característica particular, “tem que ser um museu no quintal, pois é no quintal que se reproduz” (Lúcia Ferreira). O projeto delineado em colaboração com a população utiliza a arquitetura da terra, enaltecendo a técnica da taipa de mão (taipa de sapapo) representativa da região que, por vezes, é associada a ideia de pobreza.

O acervo faz parte da coleção pessoal dos moradores: uma bicicleta antiga, um filtro produzido pelo avô e fotos das festividades. Os instrumentos de pesca, da olaria e cultivo, em sua materialidade, permitirão reconstruir as memórias individuais e coletivas, de uma comunidade rural que herdou conhecimentos transgeracional.

O acervo reunido não conta somente a história do passado, celebra o presente, rostos reconhecíveis de vizinhos e amigos, valorizando a rede de sociabilidade. Também se guarda a memória da luta: as cartas enviadas à prefeitura e ao Banco Mundial contrárias a remoção involuntária, as fotos das pichações nos muros (Figura 1) e das reuniões de protesto.



Figura 1 – Pichações nos muros das residências em protesto ao PLN

Fonte: Mariana Scabello (Agosto de 2018).

É um movimento de resistência que começou lutando pela permanência das moradias, mas que hoje, luta também por memória e cultura, e perdura apesar das pressões.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem cultural do Poti Velho é reflexo da população, de suas práticas e costumes que moldaram a região. É uma relação de interdependência na qual a paisagem define o homem, e o homem define a paisagem. A desapropriação e as mudanças propostas pelo PLN ameaçam a memória coletiva do bairro e a paisagem construída ao longo das gerações.

O museu comunitário é uma forma de demarcar este território e conservar estas memórias através da reafirmação da identidade local pelos moradores ao invés de uma identidade imposta por terceiros. A designação de potizeiros utilizada, muitas vezes, de forma pejorativa, ganhará outros contornos. Permitirá a participação direta da população, definindo que valores preservar e a maneira como irão contar sua história.

O museu por enquanto é, somente, uma ideia; sem o espaço físico adequado e a organização dos itens do acervo, tem caráter de coleção. Mas essa ideia, por mais simples que seja, movimentou uma comunidade, incitou conversas sobre o patrimônio e permitiu o reconhecimento da cultura imaterial da região, fortalecendo a luta pela permanência da comunidade Boa Esperança.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Alexandre Nojoza. **Etnobiologia da Comunidade de Pescadores Artesanais Urbanos do Bairro Poti Velho, Teresina/PI, Brasil**. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BARDELI, Fernanda. **A agricultura de vazante e as transformações produtivas no espaço agrário nordestino, exemplo de caso Icó – CE**. Disponível em: <[http:// observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/44.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/44.pdf)> Acesso em 12 de agosto de 2018.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Diário Oficial da União (D.O.U), sessão 1, nº 83, 2009, p.17
- CAFÉ, D. C. **Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do museu do território de Alcanena**. 2007. 220f. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa.
- CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas [manuscrito]: Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN) / Francisca Daniele Soares do Carmo**. 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014.
- FERNANDES, Ana Maria V. Paisagem Cultural: do conceito à proteção do patrimônio. Anais – 3º **Coloquio Ibero-americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/98.pdf>> Acesso em 8 de agosto de 2018.
- HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992. 550f. Dissertação (Mestrado) Departamento de pós-graduação em Geografia da UFRJ.
- HOLZER, Werther. A Geografia Cultural e a História: Uma Leitura a Partir da Obra de David Lowenthal. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, Nº. 19-20, p. 23-32, Jan./Dez. de 2005.
- LERSCH, T. M.; OCAMPO, C. C. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história? **Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas**. Kansas City, 2004.
- LOWENTHAL, David. **Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology**. University College London, 1961.
- MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina - PI: quais diálogos?** 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- MONTE, Catarina Nery Cruz; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Paisagem Cultural em (re) construção, artesanato ceramista direitos culturais no Poti Velho**. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1079/994>> Acesso em 10 de agosto de 2018.
- MOURA, D. V.; SIMÕES, C. S. A evolução histórica do conceito de paisagem. **Ambiente & Educação**, vol. 15(1), p. 179-186, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais14/1300477414\\_ARQUIVO\\_Teresinamodernaanpuh2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf)> Acesso em 4 de maio de 2018. Acesso 3 de março de 2018.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simoni. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção**: a experiência do Vale do Ribeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%205%20-%20NASCIMENTO%20e%20SCIFONI.pdf>.

PEREIRA, Lucas. C. **A canoa, o barro e o santo**: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. Monografia (Departamento de Ciências Sociais). Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2014.

PEREIRA, Lucas. C. **Os Reis do Quiabo**: Meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina – PI. 2017. 208f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília.

PRIOSTI, O. M. **Memória Comunidade e Híbridação**: Museologia da Libertação e estratégias de resistência. 2010. 245f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SERAINÉ, Ana Beatriz Martins dos Santos. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990**: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. 2009. 253f. Tese Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

### C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

### E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

### I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

### M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

### N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

### P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

## **S**

Sustentabilidade: 50, 304

## **T**

Território: 79, 250, 251, 304

## **U**

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-485-6

